



urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana

ISSN: 2175-3369

urbe@pucpr.br

Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Brasil

Mussi Vaz, Murad Jorge; Pereira, Éilson Manoel
Imagens urbanas: diretrizes de planejamento e desenho urbano baseadas na leitura popular de
espaços públicos
urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, vol. 2, núm. 1, enero-junio, 2010, pp. 29-42
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193114459003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Imagens urbanas: diretrizes de planejamento e desenho urbano baseadas na leitura popular de espaços públicos

Urban images: guidelines to urban planning and design based in the popular reading of public spaces

Murad Jorge Mussi Vaz^[a], Élon Manoel Pereira^[b]

^[a] Arquiteto e urbanista, Mestre em Desenho Urbano e Paisagem pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutorando em cotutela pelo Instituto de Urbanismo de Grenoble, França, e pela UFSC, Curitiba, PR - Brasil, e-mail: mudegas@hotmail.com

^[b] Engenheiro civil, Doutor em Urbanismo pelo Instituto de Urbanismo de Grenoble, França, professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC - Brasil, e-mail: elsonmp@hotmail.com

Resumo

O presente artigo surgiu a partir do questionamento de como seria possível compreender e aplicar o imaginário coletivo no processo de planejamento e desenho urbanos. O objetivo principal, então, é o de demonstrar como se deu a aplicação prática do cruzamento de métodos de leitura de imagens mentais, numa tentativa de instrumentalizar a leitura popular. Por meio de pesquisa com o público usuário do Largo da Ordem, em Curitiba, PR, nos anos de 2004 e 2005, e com base em pesquisa documental, entrevistas e desenhos feitos pela comunidade, os autores obtiveram material necessário para aplicar o método de mapas cognitivos e criar arborescências, das quais puderam ser extraídas diretrizes para um planejamento e desenho urbanos mais próximos à realidade dos usuários da cidade, tentando ratificar a leitura comunitária preconizada por um planejamento urbano participativo. A partir de pesquisa qualitativa, puderam ser delineadas diretrizes de re-dinamização sócio-espacial para tal recorte, com respaldo tanto na bibliografia estudada quanto no material obtido com a comunidade, ratificando que, ao instrumentalizar a comunidade, é possível abrir um caminho para o diálogo entre o técnico e o cidadão (que também inclui os técnicos, pois esses habitam a cidade).

Palavras-chave: Imagem. Mapa mental. Largo da Ordem. Planejamento urbano. Desenho urbano.

Abstract

This article is an answer to the question of how it would be possible to understand and apply the collective imagination in the process of urban construction. The main objective is to demonstrate how it came to practical application

of cross-reading methods of imagery in the process of urban planning. Through research with the public at the Largo da Ordem, Curitiba, PR, in 2004 and 2005, and based on research, interviews and drawings made by the community, the authors obtained the material needed to apply the method of cognitive maps and create a tree structure from which could be extracted guidelines for planning closer to reality for users of the city, trying to ratify the recommended reading for a participatory planning. Through the qualitative research, the guidelines could be drawn to open a dialogue between the planners and the community.

Keywords: Urban image. Mental maps. Largo da Ordem. Urban planning. Urban design.

É possível se apropriar da imagem da cidade?

A imagem da cidade pode ser apropriada pelo planejamento urbano para que haja uma identificação entre o usuário e os espaços criados? Pressupondo que a resposta a tal questionamento seja afirmativa, resta a questão de como instrumentalizar a ação técnica em conjunto com a participação popular. Buscaram-se com a população de uma área-exemplo os subsídios necessários para responder a tal questão e dar suporte aos resultados encontrados.

Marcelo Lopes de Souza (2004), em sua obra *Mudar as Cidades*, faz o resgate da elaboração de planos diretores calcados em dois vieses diferentes, duas leituras, visando a um planejamento urbano participativo e enquadrados na ótica da reforma urbana e do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001). Uma diz respeito a todo o escopo de dados e conhecimentos técnicos necessários à elaboração de um plano diretor, conhecimento de técnicos para técnicos, a *leitura técnica*, enquanto que a *leitura comunitária* é condizente com a bagagem da população (SOUZA, 2004). Dada a maneira como vêm sendo elaborados os planos diretores no Brasil, a primeira leitura já possui metodologia conhecida e utilizada, e conduziria sempre, se executada somente ela, a planos diretores tecnocráticos e extremamente herméticos, como os que têm sido elaborados. Já a segunda, agregaria então uma gama de informações de cunho social, permitindo uma relação mais próxima entre técnicos, população e legislação. Nesse sentido, buscar a leitura comunitária justifica-se porque

[...] a questão da memória se torna pertinente, uma vez que, unindo de forma dialética o passado, o presente e o futuro, pode servir para estabelecer formas de vida sem ruptura brutal, respeitando um presente que encontra sua fundamentação no passado. Esse objetivo vale,

especialmente, para o estudo do modo como os indivíduos e os grupos se situam dentro de seus espaços de vida e como se ligam a eles – aqui, na cidade (JODELET, 2002, p. 31).

Além disso, é importante ter em mente que

[...] a própria cidade é a memória coletiva dos povos; e como a memória está ligada a fatos e a lugares, a cidade é o ‘lócus’ da memória coletiva. Essa relação entre o ‘lócus’ e os cidadãos torna-se, pois, a imagem predominante, a arquitetura, a paisagem; e, como os fatos fazem parte da memória, novos fatos crescem juntos na cidade. Nesse sentido, de todo positivo, as grandes idéias percorrem a história da cidade e a conformam (ROSSI, 1995, p. 198).

Ao problematizar a questão de planejamento e legislação urbanos no Brasil, deparou-se com algumas evoluções ligadas à participação popular, como a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 e a busca dos municípios em regularizarem sua situação em face desse conjunto de instrumentos legais. A prática de um “planejamento de gabinete” (SOUZA, 2004) ainda é muito presente e a participação acontece ora apenas legitimando o processo decisório, ora efetivamente por meio da mobilização, tanto da população quanto de planejadores conscientes. Essa participação mais ativa, porém, ocorre com menos frequência. Da falta de participação e consequente apropriação surgem diversos problemas:

a longa tradição de cultivo da vida a partir de uma sociabilidade acordada entre os que se puseram conformes e em convívio na cidade denota estar seriamente abalada diante da perda de significados atribuídos à vida.

Suspeito que devamos nos interrogar sobre dois pares de questões – cidade/urbanidade e cultura tradicional/ cultura moderna – para compreender como os elos dessa tradição estão se perdendo. Essa suspeita funda-se na hipótese de que a cidade vai deixando de produzir as imagens cruciais de uma ordem que tem como suportes a urbanidade e a cultura urbana. A não internalização dessas imagens ou a sua substituição por outras é o que talvez permitiria compreender o desbloqueio da ordem urbana e a “irrução” não só de uma violência inaudita na cidade, mas de uma nova percepção de que a urbanidade não é mais referência de comportamento, paradigma da ordem (PECHMAN, 1997, p. 205).

Afirmar que a cidade é a responsável pela perda de imagens acarretaria uma personificação demasiada do objeto cidade e negligenciaria a verdadeira ação dos atores vinculados à planificação urbana. Esse processo leva a um planejamento e desenho urbanos cada vez mais desconexos com a realidade social. O presente trabalho resulta, portanto, em um resgate de conceitos como percepção, imagem, imaginário urbano, calcados sempre em um objeto real, uma área-exemplo – o Largo da Ordem, em Curitiba, PR –, mas com o intuito de ser um teste-piloto condizente com a proposta de Marcelo Lopes de Souza, instrumentalizando, desta forma, a leitura comunitária. De que maneira?

Intentou-se ir além da simples transposição dos conceitos teóricos, aplicando o método de mapas mentais, cognitivos e conceituais,¹ interpretados segundo seus métodos e técnicas próprios, mapas mentais resgatados por Kevin Lynch (1982), trabalhados por Vicente Del Rio (1990), além do paralelo feito com Aldo Rossi (1995), que resgata o modo como os homens se orientam na cidade, a evolução e a formação de seu sentido de espaço: “a forma dos fatos urbanos adquire uma interpretação bastante convincente através do conteúdo social; nele, há motivos e razões que têm grande papel na estrutura urbana” (ROSSI, 1995, p. 37).

Essa maneira de ver a cidade através dos olhos dos cidadãos mostrou-se ideal para a compreensão do objeto “lugar na cidade” e a consequente

indicação de diretrizes para seu manejo, pontualmente, como nesta pesquisa, mas que poderia ser aplicada a outros estudos em outras escalas. Na busca pela diversidade de leituras, foram utilizados dois métodos diferentes: a entrevista e os desenhos, obviamente sustentados por uma ampla base de referencial teórico. Assim, em ambos foi feito um resgate da imagem percebida, ou seja, um paralelo entre a percepção ambiental e a imagem construída, instrumentalizando tal afirmativa:

it is convenient to divide our environment into ‘physical’, ‘social’ and ‘cultural’ objects. Together, these make up ‘the world’. The classes of objects are logically interrelated. The cultural objects (ideas, works of arts etc.) are known through their social or physical manifestations, while social objects are known through the study of behavior (physical manifestations). The physical objects, finally, are known through observation, and may be reduced to sense-data or phenomena (NORBERG-SCHULZ, 1981, p. 56).

Se é possível, como se apropriar das imagens?

A questão que se coloca é como interpretar e aplicar essas imagens, obtidas a partir de diferentes leituras no próprio processo de planejamento. Indo além, há uma dificuldade real entre se aplicar a teoria relativa à percepção do espaço urbano e a prática do planejamento efetivamente. A partir da compreensão do conceito de cidade, num viés calcado na identidade e no próprio corpo simbólico, as leituras poderão ser resgatadas diretamente com a população, e a extração de ‘pistas’ poderá ocorrer de maneira mais realista e instrumentalizável:

[...] através de discursos e imagens, o homem rerepresenta a ordem social vivida, atual e passada, transcendendo a realidade insatisfatória. Há, pois, um deslizamento de sentido, uma representação do outro que não é idêntica, porém análoga, uma atribuição de significados que expressam intenções, desejos, utopias, mitos (PESAVENTO, 1997, p. 24).

¹ Esses serão explicitados no item sobre o método.

A imagem urbana pode ser construída e consolidada com o passar do tempo, ou ser “produzida para ser vendida” por meio do *city marketing*² (GARCIA, 1997, 2001; MOURA, 2001). Em espaços tradicionais, a consolidação como referencial é obtida por sua própria história – relacionada, obviamente, com a história urbana de Curitiba –, mas também por meio de alguns atos, como a incorporação da feirinha,³ hoje tradicional, trazida de outra praça, além de um calendário anual de festas que são realizadas em tal espaço. Assim, aos usos vão sendo agregadas imagens consolidadas com o passar do tempo e com a apropriação popular. A cultura curitibana foi sendo, dessa forma, acrescida de novos valores sobre antigos espaços, de maneira a contribuir para o *slogan* lançado pelo poder público de *terra de todas as gentes*, e mesmo de *capital social* (MOURA, 2001). Para entender esse processo de agregação de valor à percepção, observa-se que Vicente Del Rio (1990) resgata os conceitos de percepção, e pode ser traçado então um paralelo entre esta obra e a de Kevin Lynch (1982), pois Del Rio aproxima-se dos três grupos de conceitos primordiais de Lynch: legibilidade, identidade estrutura e significado e imaginabilidade, reforçando a metodologia utilizada na leitura espacial. É importante complementar essa análise com os pressupostos trazidos por Gordon Cullen em sua obra *Paisagem Urbana*, lançada pela primeira vez em 1961. Del Rio faz um resgate desse trabalho, mas a profundidade da obra de Cullen só pode ser traduzida se observada em seu original, ao delinear grupos de elementos primordiais para uma primeira análise visual empírica:

- 1) ótica e percurso visual;
- 2) lugar e posicionamento do indivíduo em face dos demais elementos;
- 3) conteúdo e significados.

Para contribuir com tais análises, é necessária também a compreensão do conceito de cultura. Por quê? Para que possam ser compreendidas as relações cidadão-cidade, baseadas tanto na forma espacial quanto na história dos espaços. Além da cultura, o planejamento foi também um dos conceitos estudados, ora na instância nacional (o planejamento

urbano no Brasil), ora na escala local (o planejamento urbano de Curitiba), justamente para que pudesse ser criada uma base de conhecimento sobre as práticas desenvolvidas além do *city marketing* preconizado. No âmbito da imagem estudada, em relação ao imaginário, delineou-se o conceito de lugar, desenvolvido por Maria Elaine Kohlsdorf (1996), ultrapassando o conceito de espaço físico e tomando partido (em conjunto com o conceito de cognição) da apreensão dos espaços pelo homem, a partir de seus valores físicos e também psicossociais intrínsecos. Se as cidades têm perdido seus marcos referenciais ao sucumbir às práticas mercadológicas e à falta de diálogo entre os técnicos e a comunidade, esse processo de perda pode ser ainda mais grave com a “importação de exemplos”. Entende-se aqui a relação frontal entre a aplicação e a transposição diretas do conhecimento teórico e práticas advindas de outras experiências, sem que haja uma reflexão com base em uma discussão mais ampla, baseada em ideias desenvolvidas *in loco*, reflexão trazida por Ermínia Maricato, em seu texto *As idéias fora de lugar e o lugar fora das idéias* (2002).

A discussão sobre o planejamento atual deveria permear a discussão em assembleias, para se construir o plano com a comunidade, ao invés de se discutir sobre um plano já proposto pelos técnicos, ideias trazidas por Yves Chalas (1998) que delineiam um novo caminho na aplicação do imaginário popular sobre o ambiente urbano. Ainda conforme Kohlsdorf (1996), o espaço urbano, portanto passível de constantes mudanças, não pode ser visto em separado da condição multidimensional e histórica, sendo a cidade uma trama de redes físicas e sociais de proporções consideráveis. Sua importância reside também no fato de ser uma resposta às expectativas de seus usuários. A forma dos lugares configura e é configurada pelas intenções humanas, pelas práticas sociais, conferindo historicidade aos espaços.

Estrutura da análise

A visão do usuário captada pelos mapas mentais pode contribuir para oportunizar a inclusão da visão popular sobre questões e aspectos do espaço

² Prática que consiste em trabalhar a imagem urbana para atingir repercussão sobre o planejamento e a publicidade (GARCIA, 1997, 2001; MOURA, 2001).

³ A Feira do Largo da Ordem acontece todos os domingos desde 1973, sendo um símbolo da cultura curitibana.

a ser planejado e gerido. Ao trabalhar com o conceito de imagem ambiental, Lynch (1982, p. 9), faz referência à sua decomposição em três elementos básicos: identidade, estrutura e significado, conforme a Figura 1. Quando se trata de significados em relação ao ambiente urbano, a questão torna-se mais complexa: “as imagens grupais de significado tendem a ser menos consistentes nesse nível do que as percepções de identidade e relação. Além do mais, o significado não é tão facilmente influenciado pela manipulação física como esses outros dois componentes” (LYNCH, 1982, p. 10). Nesse âmbito, é necessário buscar a clareza física do ambiente urbano, bem como significados que se desenvolvam independentemente, sem a intervenção direta dos técnicos. Separar significado e forma torna-se difícil, portanto a análise buscada estará centrada mais na estrutura e na identidade do objeto (do mesmo método utilizado por Lynch). A imagem é a combinação de todos os sentidos, postos em operação. Aqui cabe o paralelo com a estrutura do ambiente urbano, trazida

por Norberg-Schulz (1981), que trabalha com o ambiente dividido entre objetos sociais, culturais e físicos.

Na verdade, a crítica não está no planejamento em si, nem em sua ausência ou quantidade (MARICATO, 2002), mas sim numa reproposição para um método que não se encaixa mais na realidade. Alguns dos problemas urbanos atuais (exclusão territorial, ocupação de áreas ilegais, esvaziamento dos centros urbanos) originaram-se na alteração do *mecenas* da produção urbana, recaindo na especulação imobiliária, que então se utilizou indiscriminadamente do instrumento zoneamento para objetivar seus interesses:

por trás dos casos particulares há fatos gerais, e o resultado é que nenhum crescimento urbano é espontâneo, mas é pelas tendências naturais dos grupos dispersos nas diversas partes da cidade que se podem explicar as modificações de estrutura (ROSSI, 1995, p. 253).

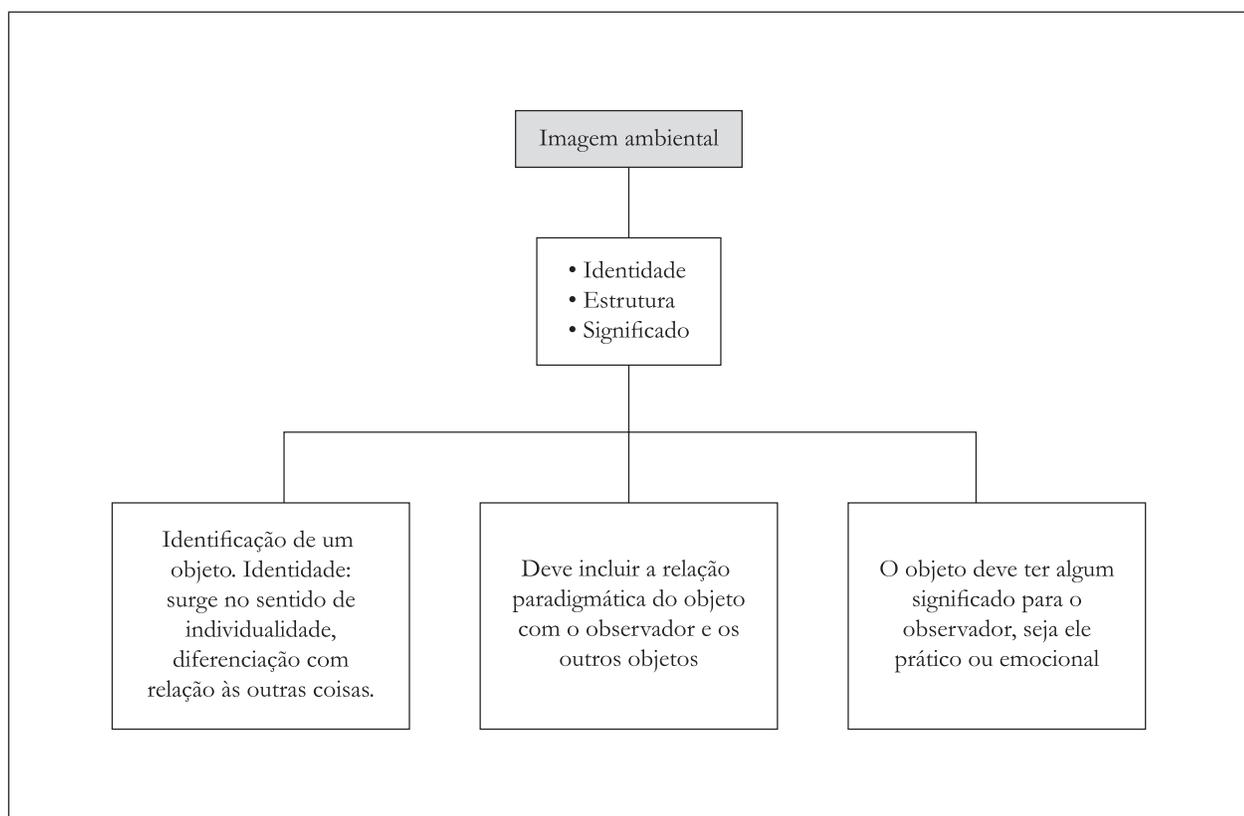


Figura 1 - Imagem ambiental

Fonte: LYNCH, 1982, p. 9, organização nossa.

As diversas imagens são formadas pela percepção visual, e em paralelo com base na vivência e nas informações trazidas pelo imaginário coletivo. Cada uma das imagens é única, portanto, pode ser modificada ou reforçada conforme a construção discursiva feita sobre ela: “o que se olha não é o que se percebe” (KOHLSDORF, 1996, p. 64), pois a visão está imbuída de informações externas. Trabalha-se com os elementos que são as unidades características de cada arranjo urbano e com as relações, ou seja, a distribuição de elementos segundo algumas ‘leis’: “[...] the meaning of an object consists in its relations to others objects, that is, in a structure” (NORBERG-SCHULZ, 1981, p. 155). Aqui se aproxima mais uma vez a obra de G. Cullen (1983) e sua relação entre ótica, visão serial (a visão e a sucessão de pontos de um percurso) e os significados. As relações são muitas vezes mais importantes que os objetos em si. Assim, consegue-se perceber a relação entre os objetos e as imagens. Mas sendo as imagens unidades menores sobre a paisagem real, seu conjunto conforma o imaginário. Ou seja, um complexo que, além das imagens, também traz implícitas todas as informações passadas com outros signos que não os visuais, processados pelo sistema cognitivo. Assim, influenciam tanto os sentidos do corpo humano, quanto as referências histórico-sociais, as qualidades das formas e o próprio conceito de cultura.

E a cultura?

Com relação à cultura, dentro do universo conceitual buscou-se fazer um resgate da cultura urbana, como sendo produto da sociedade humana, portanto algo não natural, mas que se constitui em um escopo passível de ser processado, armazenado e transmitido, e que, portanto, reflete-se nos espaços da cidade e por meio de um processo que o conforma e por ele é conformado. Cultura é entendida neste trabalho como a expressão de uma sociedade. Segundo Ely Chinoy (1978, p. 52), cultura e sociedade são conceitos intrínsecos, inventados pelos sociólogos para explicar “as regularidades aparentes da ação humana e os fatos da vida coletiva”. Portanto a compreensão desses conceitos se dá mutuamente. A cultura, sua assimilação e conseqüente disseminação baseiam-se

então em símbolos. Segundo Charles S. Peirce (1977), “signo é algo que significa algo para alguém”, ou seja, a cidade está repleta de significações, de histórias, de fatos a serem narrados e constantemente reinventados. A cultura é então, para Peirce (1977), um repertório compartilhado de signos por uma determinada população, igualmente para Norberg-Schulz (1981, p. 79): “a common order is called culture”.

Cultura, sob essa ótica, é um dos elementos-chave para a compreensão e decorrente da utilização da visão da população no processo de planejamento e desenho. E como entender a cultura urbana? A busca pela leitura desse conceito deve estar focada em um objeto específico; na verdade, deve-se ter sempre como base um objeto específico, uma cidade específica, tendo como suporte uma realidade, no caso presente o Largo da Ordem, em Curitiba.

Curitiba e sua evolução

A linha evolutiva da cidade de Curitiba, estudada na busca da compreensão da identidade do curitibano de hoje, trouxe à luz a clara relação entre a cidade, o espaço e o cidadão. A construção das imagens urbanas, obtidas por meio dos desenhos, esteve vinculada ao imaginário coletivo desde a emancipação do Paraná e a busca pela criação de uma identidade *paranista*, sobretudo curitibana, numa estreita relação com a imigração europeia e com a nova direção dada ao curitibano, agora não mais de origem indígena-portuguesa, mas sim com o novo perfil europeizado – que, inclusive, traduziu-se na cidade, com as diversas colônias formadas e o costume das feiras, realizadas, entre outros lugares, no Largo da Ordem. Essa estreita relação traçada entre a evolução da população e do espaço urbano obviamente não aconteceu somente em Curitiba, sobretudo a partir da laicização do Estado e, conseqüentemente, da alteração dos costumes e hábitos da vida urbana. A cidade deixou de ser então cenário de festas religiosas e procissões, para ser o espaço do cotidiano, da efetiva vida urbana, servindo como base real para o desenvolvimento de uma cultura propriamente urbana. Curitiba desenvolveu-se basicamente em quatro etapas, sendo que o planejamento urbano esteve presente de maneira mais evidente nas duas últimas.⁴

⁴ Extração da tese de Doutorado do professor Leonardo Tossiaki Oba, 1999.

Ainda segundo Leonardo Oba, esse direcionamento no desenvolver urbano esteve, num primeiro momento, calcado na ideologia modernista, a partir do Plano Agache (década de 1940), zoneando a cidade e conferindo-lhe um ar de modernidade. A sequência foi dada pelo Plano Serete (década de 1970), reconfigurando a cidade, que havia se desenvolvido mais rapidamente que o previsto. A partir da década de 1970, houve um estreitamento na identificação entre as personagens importantes no panorama urbano-político curitibano e a cidade, que sofreu o processo de personificação.

Esse mesmo processo foi impulsionado pelo *city marketing*, baseado na criação de uma identidade forte e na divulgação desse ideal para a fixação no imaginário coletivo – tanto que houve uma verdadeira internacionalização da imagem de Curitiba, como cidade modelo, tendo seus *slogans* renovados a cada nova campanha (MOURA, 2001). Em torno de cada grande projeto lançado havia uma grande campanha publicitária, fazendo com que a população não só aceitasse a nova ideia, como também criasse expectativas quanto às necessidades com relação a esse projeto, tornando então essencial, segundo Garcia (2001).

Essa criação de imagens e espaços em si não é negativa, pois há um retorno efetivo para a população (com uma rede maior de parques e praças, por exemplo), mas a crítica baseia-se na disseminação de uma imagem que *universaliza* os recursos, ao passo em que na realidade há uma grande diferença entre a periferia e o centro, não havendo a mesma equidade de equipamentos e recursos. De qualquer maneira, tenta-se mostrar a neutralidade do instrumento em si, que é passível de ser manipulado conforme interesses maiores.

Cultura urbana, identidade, imagem e imaginário, *city marketing*, essa sequência de conceitos levou à efetivação da intenção para o passo seguinte: buscar imagens na própria população sobre a cidade. A visão da comunidade tornou-se o foco central para a pesquisa, no viés da participação comunitária no processo de planejamento.

Obviamente, o processo participativo extrapola em muito a utilização das imagens, pois necessita de um número maior de assembleias, encontros, para que as reivindicações possam ser feitas, e de um engajamento e treinamento maior, aliados a uma consciência participativa ainda a ser desenvolvida. No entanto, a leitura dos desenhos e a interpretação das entrevistas são duas das muitas

maneiras de abordar o tema e fazer uma primeira aproximação, o que permeou todo este trabalho.

Obteve-se a construção da imagem do Largo como um cenário ainda presente no imaginário coletivo, fato este observado pela quantidade de referências trazidas pelos desenhos e na oralidade das entrevistas. A dinamicidade de usos, contudo, como observado, é pouco diversificada, não havendo grande apropriação espacial durante os dias da semana, somente nos momentos de feira e festas. Nesse ponto é que se verificou na prática a observação empírica de que o Largo é corredor de passagem, em vez de um lugar de estar e convívio, ao menos no decorrer da semana.

Desenvolvimento da pesquisa

Os conceitos trazidos da teoria foram confrontados em observações práticas; afinal, sua problematização aconteceu sobre observações empíricas do autor. “Nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 1994, p. 17). Foram compostas algumas perguntas prévias cujo interesse foi o de descobrir como está presente o Largo em seu imaginário e cotidiano, daí a necessidade dos mapas mentais, conceituais e cognitivos, para o cruzamento dos dados obtidos, e por isso a utilização da área-estudo:

ela [a área-estudo] pretende definir a que entorno urbano nos referimos. A área-estudo pode ser considerada uma abstração com respeito ao espaço da cidade; ela serve para definir melhor determinado fenômeno. Portanto, dá-vamos, de um lado, uma definição de área-estudo como método de trabalho e uma definição de área-estudo mais complexa, entendida como elemento qualitativo da cidade [...] um pedaço da cidade oferece maiores critérios concretos, do ponto de vista do conhecimento e do ponto de vista da programação (intervenção) (ROSSI, 1995, p. 63-66).

O depoimento resgata a memória das pessoas, aquilo que está contido no imaginário coletivo e que, portanto, vem sendo transmitido há algumas gerações e passa a ser consolidado como senso comum. Curitiba consolidou seus bairros em

paralelo à imigração, muito de sua identidade vincula-se, assim, às próprias colônias e baseia-se na relação que estas tinham com o centro.

A sequência adotada foi iniciada com um levantamento fotográfico empírico, feito pelos pesquisadores; depois um teste piloto com entrevistas e desenhos, para uma primeira análise do processo de construção dos mapas mentais, conceituais e cognitivos; e por último a pesquisa de campo efetivamente, após uma redefinição das entrevistas e desenhos. Cada uma dessas ferramentas por si só poderia instrumentalizar a leitura, mas ao somar e criar um caminho que as relacionasse, obteve-se uma conceituação mais aprofundada e que permitiu a proposição de objetivos genéricos e diretrizes projetuais ratificados pela população (Tabela 1).

Método

A abordagem iniciou-se pelo levantamento documental, acompanhado de constantes visitas ao local, observações em diferentes momentos do dia e da semana. Por quê? Para que possa ser compreendida a relação usuário-espaco real, observação sobre o

público acompanhada por meio de fotos, entrevistas e desenhos feitos *in loco*. “Oralidade e escrita estão presentes em simultâneo para a antropologia, que deve fazer reviver a experiência direta com pessoas distantes, dando voz e subjetividade ao informador” (CANEVACCI, 1997, p. 104).

Dessa maneira, constituiu-se a base para a aplicação dos mapas mentais, conceituais e cognitivos, e deu-se a conseqüente abertura para o método de análise multicritério. Buscaram-se três grupos de usuários para as entrevistas: o primeiro grupo contém aqueles que trabalham em tal espaço e em suas imediações; no segundo, pessoas que estavam presentes por motivos diversos; e o terceiro, indivíduos que não estavam presentes no local, a fim de contrastar diferentes percepções, conforme a presença ou não e a frequência de uso. Quanto à amostra, por não se tratar de uma pesquisa quantitativa, a quantidade estimada ficou em torno de 50 usuários, generalizando os resultados da parte (amostra) para o todo (população) (BARBETA, 2001, p. 17). E qual a razão de se trabalhar com amostras? Quatro são as razões trabalhadas por Pedro Barbeta: economia, tempo, confiabilidade dos dados e operacionalidade.

Tabela 1 - Etapas do trabalho de campo

Etapa	Procedimento	Quando?	Por quê?	Universo amostral
1) Análise fotográfica empírica	Levantamento fotográfico e cruzamento com a teoria	Manhã, tarde e noite, durante um mês	Para conhecer o objeto e definir o recorte espacial empírico da pesquisa	O pesquisador
2) Teste - piloto	Entrevista e desenhos, com posterior análise	Manhã e tarde em um dia da semana e um fim de semana	Para poder determinar as perguntas da entrevista aberta e ver como proceder na análise dos desenhos, aferir os tempos de duração	Cinco pessoas escolhidas entre os três grupos (trabalhadores, usuários <i>in loco</i> , e fora do local).
3) Pesquisa de campo final	Entrevista e desenhos, com posterior análise	Manhã, tarde e noite, durante um mês	Para realizar a pesquisa efetivamente	Quarenta e cinco pessoas escolhidas entre os três grupos (trabalhadores, usuários <i>in loco</i> , e fora do local).

[...] temos as situações em que conhecemos muito pouco sobre o universo a ser estudado. Nestes casos, podemos realizar uma *pesquisa qualitativa*, observando detalhadamente um pequeno número de elementos, sem uma formulação criteriosa das características levantadas. Neste tipo de pesquisa não se costuma aplicar métodos estatísticos (BARBETA, 2001, p. 25).

De maneira sintética, os mapas mentais aqui trabalhados correspondem aos desenhos obtidos com a comunidade, dos quais foram extraídos os conceitos. Essa extração dos conceitos, dentre os muitos caminhos, foi baseada aqui na estrutura, significado e identidade de Lynch, mais as qualidades da forma, de maneira a traçar um paralelo e criar um método de análise que permita cruzar os conceitos teóricos com a aplicação prática. Esse processo de análise e construção da análise foi baseado em um modelo multicritério, ou seja, na Metodologia Multicritério de apoio à Decisão. Segundo Ensslin, Montbeller Netto e Noronha (2001), existem três fases para a construção de um modelo: a fase de estruturação, a fase de avaliação e a fase de recomendações. Esse processo não deve ser linear e sequencial, porém, deve ser realizado de maneira cíclica e interativa, portanto dinâmica.

Os mapas mentais refletem a imagem da população sobre o recorte escolhido. Suas principais referências, pontos notáveis, detalhes menores, mas que refletem a diversidade encontrada no Largo. Segue um mapa (Figura 2) no qual é visível a Fonte da Memória (a “fonte do cavalo”), marco visual presente tanto no discurso quanto no desenho de diversos entrevistados. Um ponto importante a ser levantado é que muitas das referências obtidas puderam ser extraídas enquanto as pessoas desenhavam. Tão importante quanto os desenhos entregues é a própria fase em que se desenha. Nesse processo, de maneira geral, as pessoas costumavam explicar o porquê de cada um dos elementos, as lembranças que tinham, pois estavam menos intimidadas sem a presença do gravador. Sem ter que olhar para os olhos do entrevistador, a memória afluía e era mais fácil obter as reais impressões. É interessante notar que a maior parte dos entrevistados, a princípio, mostrava-se contrária à ideia de desenhar, mas uma vez começado o processo, o interesse aumentava gradativamente, a ponto de muitos passarem até 45 minutos nessa etapa.



Figura 2 - Mapa mental 17: o Largo da Ordem

O Relógio das Flores foi inserido no centro histórico na década de 1970, tornando-se o marco da paisagem e sendo citado pela população mais velha como ponto focal. Sem ser levada em conta, na década de 1991, a Fonte da Memória foi posta justo em frente ao relógio e, sendo muito maior, suplantou o antigo marco, sendo citada pelos mais jovens, que já não fazem alusão ao outro. Essa construção simbólica é salutar, dinamiza a cena urbana, mas deve ser feita com cuidado e baseada em estudos sobre o imaginário coletivo. Essa foi apenas uma das muitas constatações que se repetiram entre os desenhos e as entrevistas.

A partir das entrevistas e da primeira análise feita sobre os desenhos, são extraídos os conceitos de lugar, estrutura, significado e identidade. Essa extração permite a construção do mapa conceitual para buscar os conceitos-chave, com base nas palavras que mais se repetem, elementos gráficos similares, demandas em comum, citações próprias ou trazidas vinculadas à mídia, etc. Esses conceitos são utilizados na elaboração dos objetivos genéricos da etapa seguinte, e então constrói-se o mapa cognitivo, por meio de sua arborescência. Nesse momento são essenciais os mapas cognitivos, para a passagem dos mapas mentais para os conceitos trabalhados. Essas múltiplas etapas levaram às diretrizes que exemplificam medidas a serem tomadas para o planejamento e gestão da área, e que, conforme previsto, consolidaram o método como aplicável a outros locais e estudos, resultando em um profícuo sistema de leitura ambiental. Para a montagem do mapa cognitivo foram identificadas, então, a partir dos conceitos levantados, as linhas de argumentação vermelha e verde da Figura 3. Depois houve a definição dos ramos para a construção da árvore que segue:

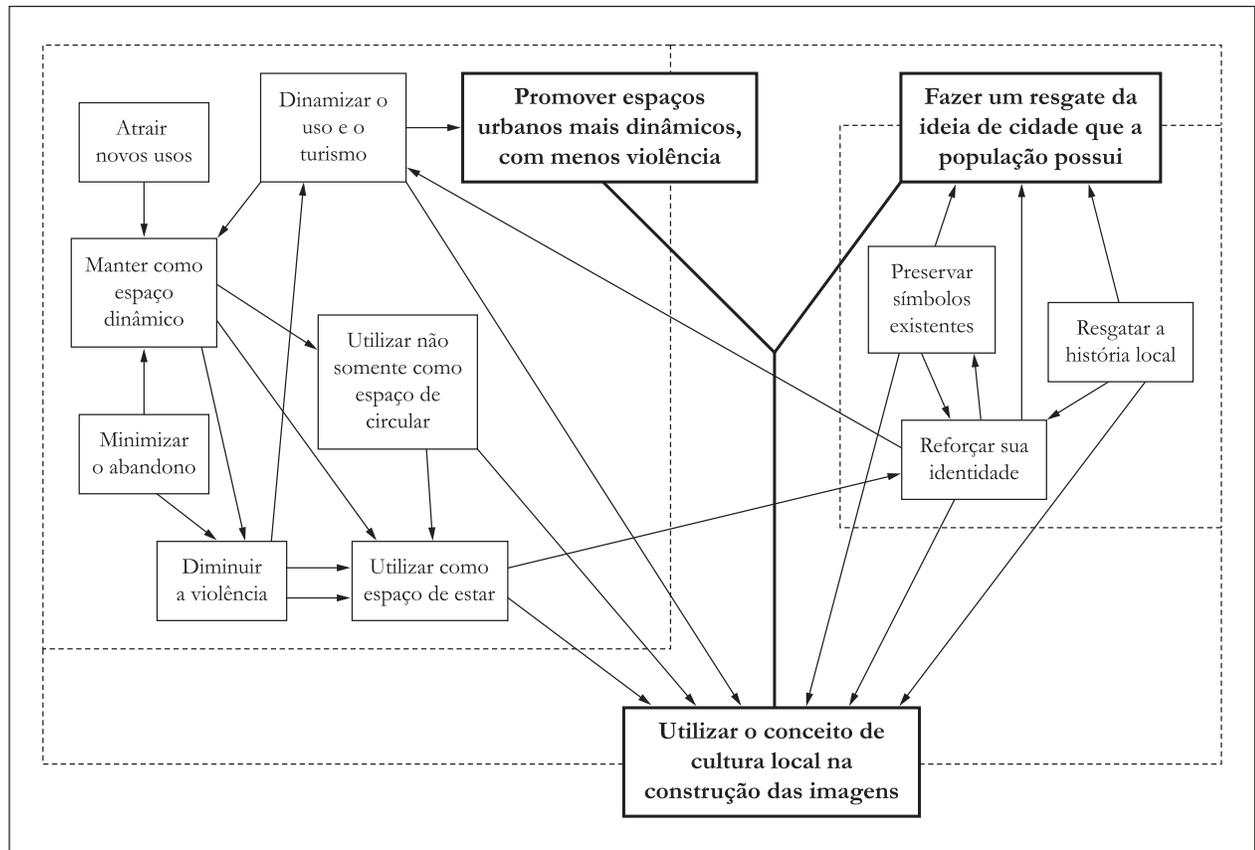


Figura 3 - Mapa cognitivo em arborescência construído durante a fase de teste da pesquisa de campo

A partir das entrevistas, foram trabalhadas as principais palavras utilizadas pelos pesquisados. Para descrevê-las utilizaram-se quatro taxonomias não excludentes que agrupam essas palavras e facilitam sua leitura: o imaginário, a imagem, as sensações e os *slogans*. A princípio, são quatro classes desconexas entre si, mas que se relacionam da seguinte maneira: o imaginário coletivo direciona e é direcionado pelas imagens, a partir do existente e por meio das sensações causadas, gerando os *slogans*, ora trazidos pela população, ora pelo poder público, recriando o processo até chegar ao imaginário e às imagens. Trabalhou-se então em duas óticas diferentes: nos desenhos foi buscada a dicotomia entre o imaginário e o real, no que se refere à imagem do Largo; e nas entrevistas, uma série de referências para a construção da árvore. Por quê? Para que fosse validada mais de uma maneira de análise para o trabalho (Figura 4).

A pesquisa, iniciada a princípio sem muitos parâmetros, por ter sido uma junção de técnicas, foi sendo construída rumo à execução dos mapas cognitivos (que nada mais são do que as arborescências encontradas) e permite a recomendação de tais mapas para pesquisas futuras no mesmo campo de planejamento urbano, e em outros campos do conhecimento científico.

Seguem as diretrizes de planejamento como resultado da pesquisa desenvolvida, ratificadas posteriormente por parte da amostra. São propostas a serem aplicadas em casos como a área-exemplo, e que podem e devem ser analisadas seguindo o mesmo procedimento metodológico utilizado na pesquisa no caso de outros trabalhos. Como toda diretriz de planejamento, estas precisam de base instrumental para ser aplicadas, seja através de aparato legal, incentivos e/ou outras maneiras de trazer à realidade o embasamento teórico.

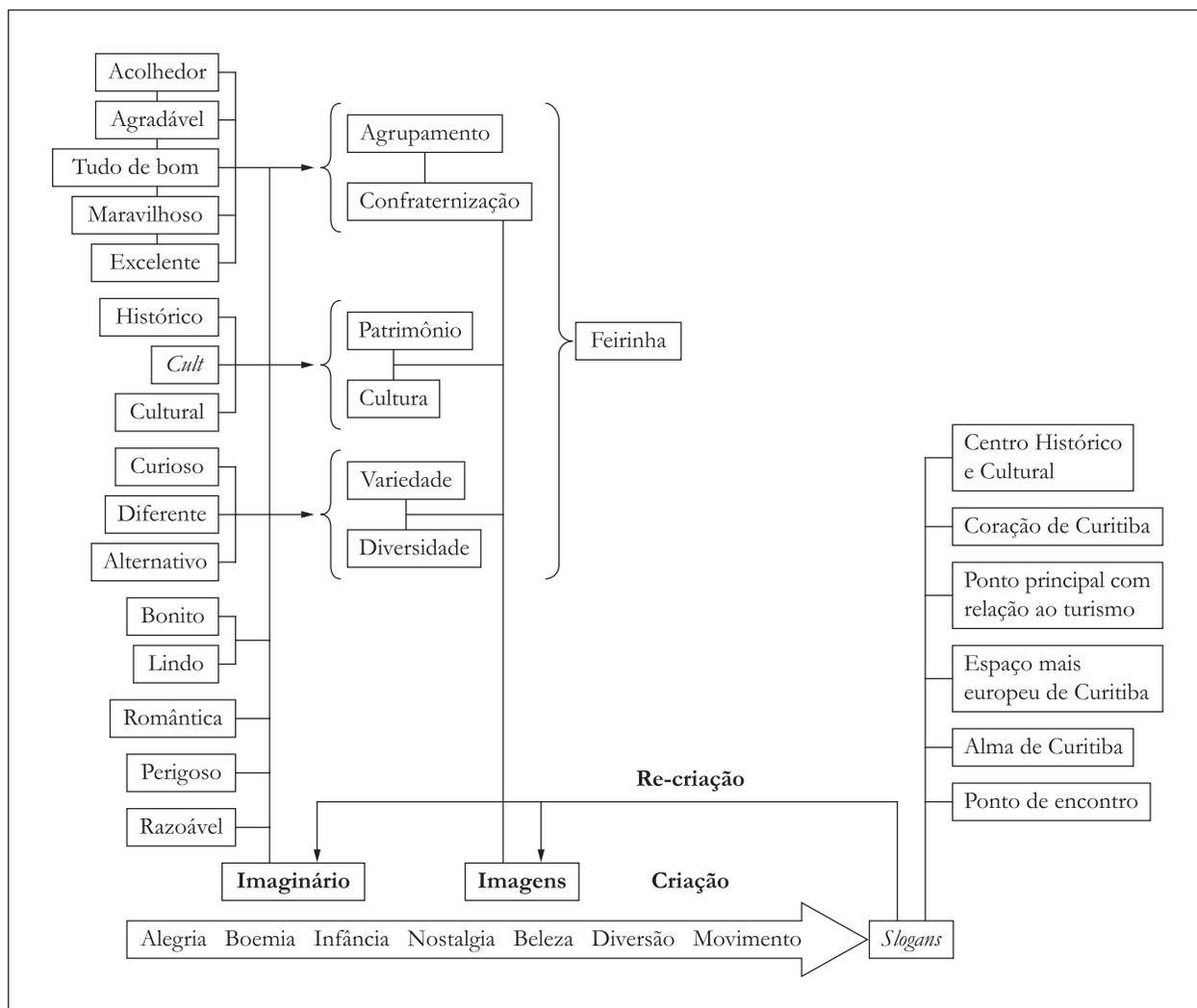


Figura 4 - Imagem, imaginário, sensações e *slogans*

Diretrizes para o planejamento e desenho urbanos

As diretrizes do quadro a seguir são a continuidade dos objetivos estratégicos traçados na execução do mapa cognitivo (não mais da fase piloto, mas da pesquisa de campo efetiva). De cada objetivo foram extraídas três diretrizes, e houve a tentativa de resgatá-las através da leitura comunitária (entrevistas; mapas mentais, conceituais e cognitivos), além do registro fotográfico e da observação direta do autor, acrescidos da coleta de dados “técnicos”, por meio de fontes secundárias e da análise das publicações na mídia

local. Como segue no esquema seguinte (Figura 5), a partir dos instrumentos escolhidos, partiu-se para os objetivos estratégicos e com base nesses, o *caminho a ser seguido* leva às diretrizes. Note-se que as flechas que contornam o quadro estão em todos os sentidos, ou seja, é um processo de construção e avaliação continuadas.

Do primeiro objetivo (promover espaços urbanos mais dinâmicos, com menor violência, que denotem o conceito de lugar) foram extraídas as seguintes diretrizes: a) identificar quais são os *lugares* existentes; b) propor usos compatíveis; c) diversificar as atividades.

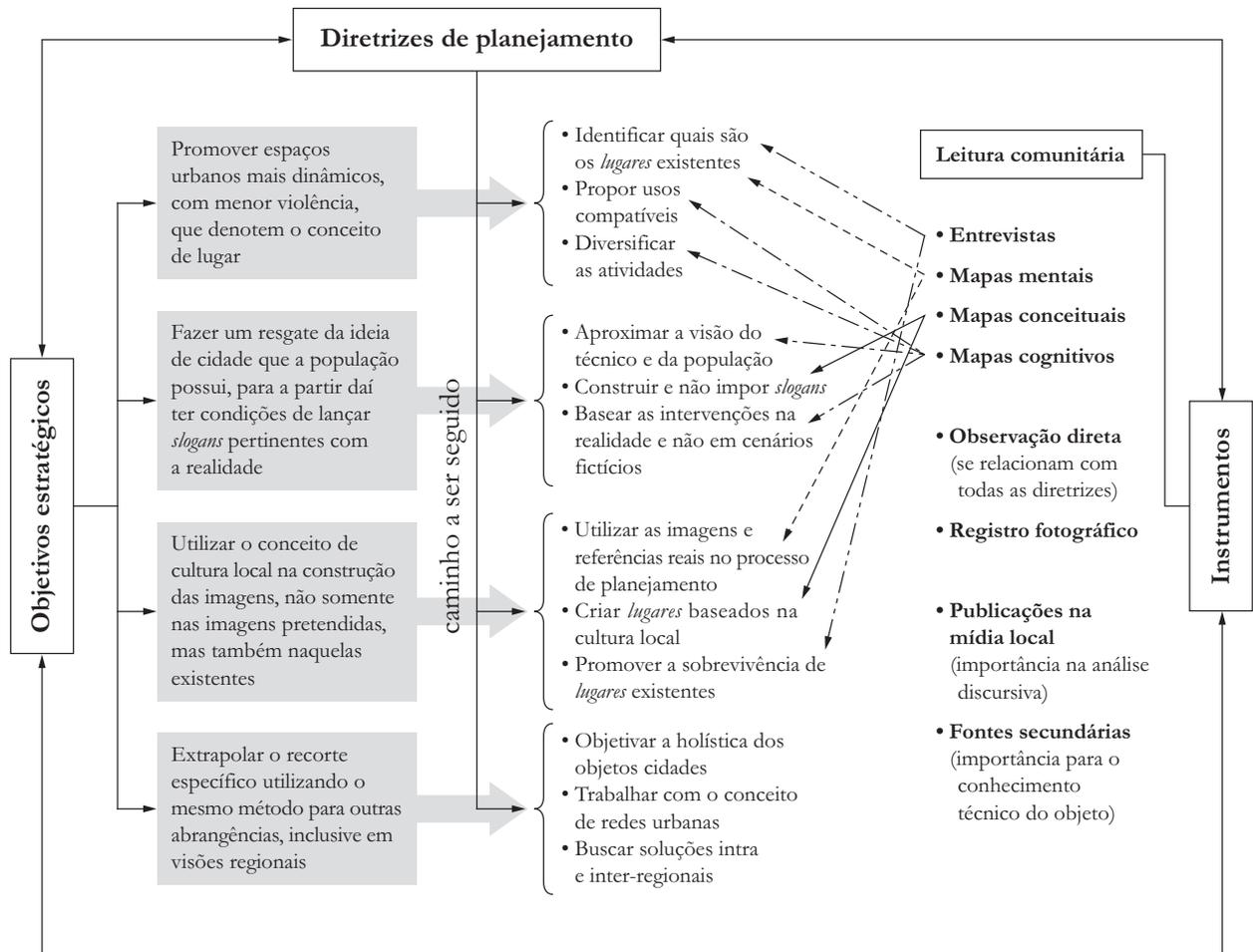


Figura 5 - Diretrizes obtidas

Esse primeiro objetivo busca diversificar as atividades e usos, provendo então a reconstituição da vida local e, portanto, diminuindo a violência. Como amplamente trabalhado na obra de Jane Jacobs (2000), os olhos voltados para a rua geram a segurança por meio da permanente vigilância da própria comunidade. Traça-se nesse ponto uma relação com a geógrafa inglesa Doreen Massey (2004), cuja obra trabalha os conceitos de diversidade de usos e funções na construção do espaço, a fim de que seja mantida a vivacidade de uma cidade. Essa dinamicidade resgata também a apropriação e, assim, espaços apropriados tornam-se lugares, porque adquirem valor social. Ao falar de instrumentos, nota-se que a primeira diretriz relaciona-se diretamente com as entrevistas e com os mapas mentais, pois refletem diretamente a visão da comunidade. Em paralelo, as outras duas podem ser

buscadas nos mapas cognitivos, por serem estes uma concatenação da visão técnica e da visão comunitária. Diversas frases trazidas pela comunidade permitiram identificar que a diversificação das atividades e a identificação dos diversos lugares existentes na cidade tradicional completam o imaginário coletivo e permitem que este seja repassado, e conformam a imagem de muitos desses ambientes. Isso se relaciona com o objetivo número dois, ao resgatar o conceito de lugar, sobretudo no que concerne à segunda diretriz, de construir e não impor *slogans*.

O segundo objetivo (fazer um resgate da ideia de cidade que a população possui) propiciou a construção das seguintes diretrizes: a) aproximar a visão do técnico e da população; b) construir e não impor *slogans*; e c) basear as intervenções na realidade e não em cenários fictícios.

Esse objetivo aproxima a primeira e a terceira diretrizes, pois resulta de uma leitura aprofundada das condicionantes locais, tanto sociais quanto físico-espaciais – portanto, traçadas pelos mapas cognitivos –, ao mesmo tempo em que a segunda relaciona-se com os conceitos extraídos com a população, portanto, com o mapa conceitual e com o mental. Essa ideia sobre a cidade, que a população possui, traz clara a intenção de desenvolver o interesse pela participação da comunidade no processo de tomada de decisões. A partir da maior identificação cidadão-cidade, e da tomada de conhecimento sobre seu papel no processo decisório, o interesse pela participação pode ser incitado.

O terceiro objetivo (utilizar o conceito de cultura local na construção das imagens, não somente nas imagens pretendidas, mas também naquelas existentes) relaciona-se tanto com a primeira diretriz do objetivo número um quanto com a terceira do objetivo número dois, e está baseado sobre as seguintes diretrizes: a) utilizar as imagens e referências reais no processo de planejamento; b) criar *lugares* baseados na cultura local; e c) promover a sobrevivência de *lugares* existentes.

Os mapas mentais e as entrevistas foram os instrumentos mais indicados para levantar os dados das diretrizes número um e três, porque trazem as referências diretas a tais intenções. Já para a segunda, são necessários os mapas conceituais, para a percepção direta dos conceitos. Afinal, a cultura local, como visto anteriormente, é dinâmica e altera-se com o passar do tempo, ora espontaneamente, ora por intervenção do poder público. Apropriar-se desse conceito para a manutenção dos espaços existentes e a melhoria de suas deficiências também contribui para possíveis acertos na proposição de espaços completamente novos. A sobrevivência dos espaços existentes é fundamental para a manutenção da memória urbana, seja através da cultura local – e, para tanto, das imagens e referências locais –, seja em resgates feitos para lugares novos que agregam outros valores aos espaços.

Finalmente, para o quarto objetivo (extrapolar o recorte específico utilizando o mesmo método para outras abrangências, inclusive em visões regionais) foram delineadas três diretrizes: a) objetivar a holística dos objetos cidades; b) trabalhar com o conceito de redes urbanas; e c) buscar soluções intra e inter-regionais.

Esse objetivo excedeu os limites do trabalho e por isso não foram analisadas suas diretrizes,

ficando apenas como proposta. De qualquer maneira, extrapolar o recorte específico pode se encaixar tanto na cidade como um todo, vista como a soma total de partes menores, quanto em uma região metropolitana, planejada dentro de uma visão de conjunto, ou mesmo rede de cidades.

É necessário ressaltar que, com base nos desenhos e nas entrevistas, conseguiu-se delinear pistas aplicáveis ao planejamento e desenho como método, não como sua transposição direta, sem o conhecimento técnico. A validação do aqui proposto necessitaria também de maior abertura em todas as demais etapas do planejamento e desenho, e não somente em suas etapas iniciais, como o método sugere. Finalmente, é importante dizer que a leitura foi feita por somente dois pesquisadores, dentro de sua formação específica, Arquitetura e Urbanismo, portanto, para uma transposição prática real e efetiva seria necessária a agregação de conhecimentos trazidos de outros campos que também estudam a cidade e seus processos.

Referências

- BARBETA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 4. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2001.
- BRASIL. Poder Legislativo. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. O estatuto da cidade: explica as normas que compõem as diretrizes nacionais para o desenvolvimento das cidades, os princípios gerais e instrumentos da política urbana. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Coluna 1, código 620.785, p. 237. 10 jul. 2001. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 15 fev. 2010.
- CANEVACCI, M. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. 2. ed. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1997.
- CHALAS, Y. L'Urbanisme de la pensée pratique: l'urbanisme de la pensée faible. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, n. 80-81, p. 205-214, 1998.
- CHINOY, E. **Sociedade: uma introdução à sociologia**. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 1978.
- CULLEN, G. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DEL RIO, V. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

- ENSSLIN, L.; MONTIBELLER NETO, G.; NORONHA, S. M. **Apoio à decisão**: metodologias para estruturação de problemas e avaliação multicritério de alternativas. Florianópolis: Insular, 2001.
- GARCIA, F. E. S. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.
- _____. A (in) sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 155-175.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: M. Fontes, 2000.
- JODELET, D. A Cidade e a memória. In: DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (Org.). **Projeto do lugar**: colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Proarq, 2002. p. 31-43.
- KOHLSDORF, M. E. **A apreensão da forma da cidade**. Brasília: Ed. da UnB, 1996.
- LYNCH, K. **A Imagem da cidade**. São Paulo: M. Fontes, 1982.
- MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, O. B. F.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petropolis: Vozes, 2002. p. 121-192.
- MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia, Revista da Pós-Graduação em Geografia UFF**, Ano 6, n. 12, p. 7-23, 2004.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 3. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1994.
- MOURA, R. Os riscos da cidade modelo. In: ACSELRAD, H. (Org.). **A duração das cidades**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 203-237.
- NORBERG-SCHULZ, C. **Intentions in architecture**. Massachusetts: MIT Press, 1981.
- OBA, L. T. **Marcos urbanos e a construção da cidade**: a identidade de Curitiba. 1999. 327 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- PECHMAN, R. M. A cidade dilacerada. In: SOUZA, C. F.; PESAVENTO, S. J. (Org.). **Imagens urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 205-219.
- PEIRCE, C. S. **Semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- PESAVENTO, S. J. A cidade maldita. In: SOUZA, C. F.; PESAVENTO, S. J. (Org.). **Imagens urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 13-24.
- ROSSI, A. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: M. Fontes, 1995.
- SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Recebido: 26/03/2010

Received: 03/26/2010

Aprovado: 27/04/2010

Approved: 04/27/2010